

10^o

FEPEG FÓRUM

ENSINO • PESQUISA
EXTENSÃO • GESTÃO

RESPONSABILIDADE SOCIAL: INDISSOCIABILIDADE
ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



ISSN 1806-549 X

Autor(es): KARLA ULISSES LIMA, HENRIQUE ANDRADE BARBOSA, RENE FERREIRA DA SILVA JÚNIOR, JULIANA ANDRADE PEREIRA, RENATA FLÁVIA NOBRE CANELA DIAS, SIMONE FERREIRA LIMA PRATES, SAULO BORGES PRATES

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO PARADIGMA ATUAL

Introdução

Na década de 1990, houve um discurso que assegurava a educação escolar para todas as crianças, jovem e adulto com necessidades especiais até 2000, uma meta prevista do governo de Fernando Henrique Cardoso. Em 2003, no governo Lula, uma proposta de melhorias na educação especial tornou-se um programa de salas de recursos multifuncionais, houve a inserção do aluno especial em salas de aula comuns visando à inclusão. A garantia de atendimento está na capacitação dos profissionais, na formação dos professores que levam este atendimento prioritário a partir de 2007 (KASSAR, 2014).

O professor de salas comuns tem os professores de apoio como um agregador na sua disciplina ministrada. O atendimento do aluno especial não se torna eficaz, pois, o professor de apoio mesmo com interação com o professor da sala, falta com a experiência de um profissional da área da saúde, que poderia alcançar metas superiores neste ensino-aprendizagem e educação especial inclusiva (SILVA; MOLERO; ROMAN, 2016).

A demanda da educação especial inclusiva aumenta todos os anos. A participação da população e movimentos sociais está na pauta de investimentos do governo para a educação no Brasil. Muito precisa ser mudado para que a educação seja para todos, contudo temos uma cultura de desigualdade social e da oferta para minorias que se mostram em desenvolvimento. Saber o rumo da melhor oferta de educação para todos está na tradução do jogo de poderes que é constituída a cada governo (ROHLING; VALLE, 2016).

A educação inclusiva veio para unir o aluno especial com os alunos da escola regular, uma proposta de interação e melhoramento da educação para os menos assistidos. A falta de investimentos na educação comum trás consigo uma compreensão sobre todo este ensino aprendido, tendo em vista que a inclusão social não seria bem empregada devido aos baixos padrões de aprendizado, um número significativo de evasão escolar e um histórico político de uma sociedade excludente que tem se tornado crescente em vários aspectos (BRITENBACH; HONNEF; COSTAS, 2016). Dessa forma, esse estudo buscou compreender a educação inclusiva no paradigma atual.

Material e métodos

Trata-se de uma revisão integrativa, sobre Educação Inclusiva. As base de dados utilizadas neste estudo foram SciELO e LILACS. Os descritores estabelecidos foram: educação inclusiva, educação especial e educação. Os critérios de inclusão foram os artigos completos disponíveis na base de dados em língua portuguesa, no ano de 2006 a 2016. Os critérios de exclusão foram artigos publicados que não abordassem a temática proposta pelo estudo.

Na coleta de dados foram analisadas e posteriormente tabeladas as seguintes informações: títulos do artigo, nome dos autores, ano de publicações, base de dados, revista publicada, objetivos, tipo de abordagem metodológica, local do estudo, sujeitos da pesquisa, principais resultados e discussão.

No primeiro momento da busca, foram utilizados e analisados os descritores de forma separada, o que possibilitou encontrar um número significativo de publicações sobre o assunto proposto. Já no segundo momento, os descritores foram utilizados de forma combinada, a fim de se aproximar das produções científicas encontradas, ou seja, daquelas que poderiam contribuir para a elucidação dos objetivos apresentados. Após a identificação dos artigos, foi feita a leitura na íntegra para a construção do estudo, sendo excluídos artigos por ser duplicados nas bases de dados e por não responderem o objetivo do estudo. Após essa seleção, foi aplicado o instrumento de coleta de dados, em seguida, realizaram-se as interpretações dos dados e posteriormente a discussão.

Resultados e discussão

No estudo, foram encontrados 200 artigos no idioma português referentes ao tema pesquisado. Destes, apenas 20 se enquadraram nos critérios de inclusão da pesquisa. Houve uma igualdade de publicações nos anos de 2006 a 2009 e 2014, cada um com um total de 22,2% das publicações e em 2015 esse número teve queda para 11,1%. Quanto à metodologia mais utilizada pelos autores dos estudos selecionados destaca-se a descritiva exploratória com 22,5%, seguida da descritiva quantitativa com 20%, e descritiva de caráter transversal com 11% e as demais seguiram um padrão de 5,5%.

10^o

FEPEG FÓRUM

ENSINO • PESQUISA
EXTENSÃO • GESTÃO

RESPONSABILIDADE SOCIAL: INDISSOCIABILIDADE
ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



ISSN 1806-549 X

De acordo com Bueno (2008) a educação inclusão é uma área educacional que pode ser considerada, exclusivamente, como um sinônimo de inclusão de discentes concebidos da Educação Especial, como se fossem apenas esses os excluídos de um lugar de escolarização formal. É essencial compreender que educação inclusiva não é a mesma coisa que educação especial e cada uma têm a sua relevância na educação.

Carvalho (2006), relata que, frequentemente, se observam os indivíduos da educação inclusiva como discentes historicamente associados ao público da Educação Especial, e justifica que isso ocorre porque a inclusão vem sendo discutida ao longo do tempo, especialmente em fóruns da Educação Especial.

A maioria das pessoas quando ouvem falar sobre a educação inclusiva ou quando são questionadas sobre o assunto, estabelece quase de forma automática, uma relação com as pessoas com deficiência. Assim, a relação entre educação inclusiva e deficiência, de certa maneira, transformou-se em senso comum (BREITENBACH, HONNEF, COSTA, 2016).

A educação inclusiva tem sido representada no Brasil com maior destaque na relação com a Educação Especial e com os seus discentes, ela é muito mais abrangente e abarca diversos grupos (indivíduos) como: camponeses, surdos, afro-brasileiros, quilombolas, indígenas, ciganos, deficientes, anões, doentes crônicos, menores abandonados, órfãos, entre tantos outros – que estão/estiveram fora da escola ou que não tiveram/têm suas necessidades educacionais atendidas pelos colégios (BREITENBACH, HONNEF, COSTA, 2016).

Considerações finais

Conclui-se com este estudo que a educação inclusiva supõe a disposição da escola de atender a diversidade total das necessidades dos alunos nas escolas comuns, integrando-se em um conceito que busca diminuir as barreiras impostas pela exclusão deste tipo de educação nesse mundo globalizado. A educação inclusiva veio para mostrar que todos têm direito de ser educado.

Referências bibliográficas

- BUENO, J. G. S. As políticas de inclusão escolar: uma prerrogativa da Educação Especial? Brasília, DF, **Rev. CAPES** 2008. p. 43-63.
- BREITENBACH, Fabiane Vanessa; HONNEF, Cláucia and COSTAS, Fabiane AdelaTonetto. Educação inclusiva: as implicações das traduções e das interpretações da Declaração de Salamanca no Brasil. *Ensaio: aval.pol.públ.Educ.* 2016, vol.24, n.91, pp.359-379.
- CARVALHO, R. E. Educação inclusiva: com os pingos nos "is". 4. ed. Porto Alegre: **Rev. Mediação**, 2006.
- KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. A formação de professores para a educação inclusiva e os possíveis impactos na escolarização de alunos com deficiências. **Rev. Cad. CEDES**. 2014, vol.34, n.93, pp.207-224.
- SILVA, Carla Cilene Baptista da; MOLERO, Elaine Soares da Silva and ROMAN, Marcelo Domingues. A Interface entre Saúde e Educação: percepções de educadores sobre educação inclusiva. **Rev. Psicol. Esc. Educ.** 2016, vol.20, n.1, pp.109-115.
- ROHLING, Marcos and VALLE, Ione Ribeiro. Princípios de justiça e justiça escolar: a educação multicultural e a equidade. **Rev. Cad. Pesqui.** 2016, vol.46, n.160, pp.386-409.